

# O Congresso e o Brasil

Paradoxalmente, o governo Collor de Mello foi derrotado no Congresso pela existência de duas maiorias, antagônicas: uma, a rigor, é constante e está disposta a impor ao chefe do governo quantas derrotas se fizerem necessárias para aplacar sua animadversão contra a pessoa do sr. Fernando Collor de Mello. A outra é oscilante e integrada pelos que permitiram a aprovação do Plano "Brasil Novo", em votações renhidas, e que agora desejam manifestar seu desagrado, como namorados fazem quando estão de mal, pelo fato de o presidente da República ter critérios próprios para nomear funcionários públicos e até mesmo auxiliares diretos. A maneira de a maioria favorável ao presidente manifestar que está contra ele, sem assumir os riscos de ser oposição, é dar número suficiente para que se vote, mas não para que o Planalto saia vitorioso. Porque, no fundo, as duas maiorias pensam em seus interesses pessoais e não nos do Brasil, a Medida Provisória nº 185 foi rejeitada, levando o Executivo a reeditá-la com o nº 190, ao risco de abrir mais um atrito, desta vez extremamente sério, com o Congresso Nacional.

Os que votaram contra a MP 185 pensaram em termos apenas eleitorais. Na verdade, pouco se lhes dá que as sentenças da Justiça do Trabalho — segundo alguns corretas do ponto de vista estritamente formal, pois o IPC ainda é, para todos os efeitos legais, o índice em que os TRTs se podem apoiar — já concedidas tenham abalado de maneira definitiva a estrutura toda do Plano "Brasil Novo" e abram o caminho para que a corrida entre preços e salários se reinicie. Os que deveriam ter votado a favor dela, mas nem se ausentaram em número suficiente para não dar quórum, nem compareceram em massa para garantir o êxito da política econômica, esses igualmente não se preocupam com as consequências de seus atos. A oposi-

sião de facto pôde aparecer perante os eleitores como defensora da reposição de perdas salariais; a maioria que diz apoiar o Planalto e o derrota, essa espera ter feito o presidente saber que necessita mudar seus critérios e conceder mais atenção aos pedidos de deputados que pretendem reeleger-se. Para os dois campos, os superiores interesses da Nação não contam.

Não se responsabilize apenas os que fazem piquinha, pretendendo valorizar-se perante o presidente Fernando Collor de Mello, nem os que a ele se opõem por opor-se. Na realidade, há algumas semanas que se vinha observando o mal-estar do líder Renan Calheiros diante do imobilismo político do Planalto, e sabia-se, por confidências de políticos de influência na mobilização parlamentar, que o Executivo corria o risco de ver desfeita a maioria que conseguira arregimentar para aprovar o Plano. Na votação de quinta-feira, o líder Renan Calheiros foi surpreendido por decisões da presidência do Congresso, mas pelo menos estava presente para tentar impedir o desastre. Na sessão do Senado, no mesmo dia, no entanto, a ministra da Economia foi duramente criticada pela oposição, que a ameaça enquadrar por crime de responsabilidade, e o líder do governo na Câmara Alta não estava presente para defendê-la. Isso, no Congresso. No Executivo — e a vice-presidência pertence ao Executivo, até segunda ordem — a confusão também se generaliza, o vice-presidente Itamar Franco adotando postura de franca hostilidade ao grupo da ministra Zélia Cardoso de Mello. Diante desse quadro, não é difícil entender por que o governo não tem condições de sustentar suas posições no Congresso, que é composto em sua maioria pelos mesmos homens que sempre consideraram de seu dever inviabilizar todos os planos econômicos que implicassem impor sa-

crifícios aos funcionários e aos assalariados, e até mesmo aos donos de alguns "cartórios" que criam obstáculos à expansão do mercado produtor e penalizam o consumidor brasileiro.

Enquanto o presidente da República reedita uma medida provisória rejeitada pelo Congresso, as lideranças da oposição de facto cuidam de aprovar projeto de lei reajustando automaticamente os salários. Em outras palavras, tratam de reintroduzir a indexação da economia, esquecidos do que isso significará para o Brasil e os trabalhadores, em primeiro lugar. No outro extremo do espectro, preocupada com os efeitos das decisões da Justiça do Trabalho e com pressões sindicais sobre os empresários, a ministra Zélia Cardoso de Mello proíbe repasses de aumentos de salários aos preços e promete usar de novo a Sunab, a Receita Federal e a própria Polícia Federal para arrancar de empresários menos obedientes as listas de preços de seis meses antes dos aumentos salariais que vierem a ser concedidos. Isolado, politicamente, o Executivo agride os empresários.

No Congresso — e talvez em certos setores do Planalto — parece que não se dá importância ao clima de incerteza que se está instaurando no País, o qual é sobremodo contrário à recuperação da economia. Tal como se colocam agora as coisas, porém, se no Congresso não houver consciência de que o Poder Legislativo deve, tem a obrigação de auxiliar o Executivo, dia virá em que o Plano que foi aprovado no Congresso por expressiva maioria virá por água abaixo. Esse dia pode chegar em um mês, prazo fatal para que se vote a MP 190. Se ela for rejeitada, como sucedeu com a 185, que fará o Executivo? Editará nova medida provisória, agravando o conflito com o Congresso, ou fará outro plano, administrado por nova equipe econômica?